

Pleito atual não resolveu crise peruana, herança dos anos Fujimori, diz ex-candidata à presidência

Por Katarine Costa · 08/05/2026

Os peruanos foram às urnas dia 4 escolher seu próximo presidente, mas, semanas após a votação, seu resultado segue incerto. Na semana passada, autoridades eleitorais anunciaram uma recontagem informática total dos votos, alegadamente para garantir a transparência e a confiabilidade dos resultados diante de uma disputa extremamente acirrada pela segunda vaga no turno final.

A eterna candidata Keiko Fujimori (filha do ditador Alberto Fujimori que governou o país entre 1990 e 2000) em sua quarta tentativa, estava liderando a contagem deste ano, mas com apenas 17,12% dos votos. O candidato de esquerda Roberto Sánchez (12%) e o ultraconservador Rafael López Aliaga (11,9%) lutam pela segunda posição. A diferença entre eles é de apenas 27.500 votos.

Mas muitas atas pendentes apresentam inconsistências e estão sob análise das comissões eleitorais. Os resultados finais devem ser divulgados até 15 de maio, com o segundo turno mantido para o dia 7 de junho. O pleito deste ano, no entanto, não deve resolver a profunda crise política na qual o Peru está mergulhado há uma década, na opinião de Veronika Mendoza, ex-deputada e ex-candidata à Presidência da República, atualmente integrante do partido Nuevo Perú.

Veronika Mendoza virá ao Brasil em maio para participar da conferência [“A Saída é pela Esquerda – Good Night, Far Right”](#). [Para mais informações clique aqui!](#)

Ela falou ao Brasil de Fato sobre o caos político que viu o país ter nove presidentes nos últimos dez anos e o pleito atual bater o recorde de candidatos, 35. Leia abaixo:

Brasil de Fato: Qual a sua avaliação do desempenho da extrema direita nas recentes eleições?

Veronika Mendoza :É inegável que, nos últimos anos, seguindo a tendência global, a extrema direita no Peru cresceu, ganhando terreno na consciência pública e dentro das instituições. E, como em todo o mundo, tornou-se cada vez mais “radicalizada”, ou talvez seja mais preciso dizer que se tornou cada vez mais violenta e descarada, e isso ficou evidente no processo eleitoral.

Primeiro, porque insinuavam fraude meses antes das eleições, e quando as eleições ocorreram, López Aliaga, ex-prefeito de Lima e candidato de extrema direita, gritou “fraude” sem qualquer prova, fazendo também ameaças explícitas de abuso sexual contra o presidente do Conselho Nacional Eleitoral e de “perseguir até a morte” o presidente do Escritório de Processos Eleitorais. Nunca tínhamos visto esses níveis de violência em um processo eleitoral.

Por outro lado, embora a extrema direita tenha participado do processo de forma fragmentada, ela tinha uma estratégia comum eficaz. Essa fragmentação não só ocorreu de fato, como também foi promovida por meio de uma política anti

reforma que incentivou a proliferação de partidos e eliminou as eleições primárias, que teriam reduzido o número de candidatos. Com 35 candidatos à presidência, os votos foram dispersos e o limite mínimo foi reduzido, permitindo que o fujimorismo — que já sabia ter perdido a maior parte de seu apoio principal — avançasse para o segundo turno com apenas 17% dos votos válidos, seguido por Sánchez com 12% (excluindo votos nulos e em branco).

O que podemos esperar da composição da Câmara dos Deputados e do Senado?

O primeiro ponto a destacar é que nenhuma das casas será verdadeiramente representativa da vontade popular devido ao baixo apoio aos candidatos, mas também por causa do sistema específico de distribuição de cadeiras.

A primeira vaga no primeiro turno é definida pela soma de votos em branco e nulos, e os dois candidatos que avançam para o segundo turno não chegam nem a 30%, o que significa que 70% da população não está representada por nenhuma dessas opções.

Isso não acontece em nenhum outro país da região, onde os dois candidatos que avançam para o segundo turno geralmente obtêm entre 50% e 90% do total. As porcentagens são ainda mais desanimadoras quando consideramos os votos para as câmaras, onde apenas 6 dos 35 partidos na disputa terão representação.

Por outro lado, com o nosso sistema atual de distribuição de cadeiras, teremos uma representação completamente desproporcional e, novamente, não representativa. Por exemplo, o fujimorismo, que obteve apenas 17% dos votos válidos para a presidência, terá 37% das cadeiras do Senado (22 das 60 cadeiras). Algo semelhante acontece na Câmara dos Deputados.

Por fim, é importante lembrar que os cidadãos votaram contra a instituição do Senado (antes tínhamos uma câmara única), mas a coalizão corrupta impôs um Senado todo-poderoso que, em última instância, definirá as leis, nomeará os altos funcionários dos órgãos constitucionalmente autônomos e não poderá ser dissolvido pelo presidente sob nenhuma circunstância. Com isso, um regime parlamentar é finalmente estabelecido contra a vontade dos cidadãos.

Agora, nenhum dos dois candidatos que avançaram para o segundo turno tem maioria em qualquer uma das câmaras, muito menos o poder de destituir o futuro presidente. Mas a história recente do Peru — com 8 presidentes em 10 anos — nos ensina que, devido à lógica individualista e mercantilista da política predominante nos partidos atuais, o equilíbrio de poder pode mudar e tudo pode acontecer.

Embora seja muito difícil prever o que acontecerá, é claro que a extrema instabilidade continuará. A crise política e de regime não foi resolvida pelo processo eleitoral... uma solução constituinte ou fundamental ainda está pendente, a qual teremos que continuar construindo desde a base, a partir dos territórios, e reconstruindo a política.

O que explica essa profunda crise política que o Peru vivenciou nos últimos dez anos, com a queda de vários presidentes?

Essa crise não é circunstancial; é o resultado de 30 anos de neoliberalismo predatório e 500 anos de colonialismo. Com o boom das *commodities*, tivemos a ilusão de que a situação estava melhorando, mas, na realidade, nossas instituições estavam apodrecendo por dentro, porque o crescimento econômico veio à custa do enfraquecimento dessas instituições, à custa da informalidade e da precariedade,

o que, a longo prazo, gera caos e violência.

Qual é o legado do fujimorismo e como ele influencia a atual extrema direita no país?

Esse é precisamente o legado do fujimorismo: neoliberalismo predatório, precariedade, caos e violência. Porque, embora seja verdade que em 2000 o povo peruano derrotou o ditador Fujimori e que um trabalho significativo foi realizado em termos de justiça e memória, juntamente com algumas reformas.

Apesar de algumas políticas específicas, o sistema neoliberal imposto permaneceu praticamente intacto. E embora tenham surgido mais opções políticas, ainda mais conservadoras moralmente e ainda mais destrutivas política e economicamente, o próprio fujimorismo tem se movido cada vez mais para a direita. Mas sua grande vantagem é que, apesar de tudo, possui uma estrutura partidária e uma certa base territorial que as outras opções de extrema-direita ainda não possuem.

Pedro Castillo foi deposto após falar sobre soberania nacional, revisar acordos internacionais e valorizar as comunidades andinas. Qual é a sua avaliação deste governo? Há espaço para outras forças políticas de esquerda no país?

No caso do governo de Pedro Castillo, a verdade é que a oposição implementou sua estratégia de golpe desde o primeiro dia, estigmatizando-o, pressionando-o e negando-lhe poderes, ameaçando removê-lo do cargo; tudo isso imbuído de profundo racismo e classismo. Eles achavam insuportável que um camponês — e um com um discurso crítico contra o sistema — fosse presidente.

Mas também não podemos negar que Castillo não tinha força nem vontade para implementar o que prometeu durante sua campanha. Nos primeiros seis meses de seu governo, que incluiu algumas figuras de esquerda, uma reforma tributária foi promovida, embora o Congresso tenha reduzido seu escopo. Mesmo assim, houve uma melhora na arrecadação de impostos, embora agora tenhamos retornado aos níveis mais baixos de receita tributária da região.

Ele também propôs uma reforma agrária que, infelizmente, permaneceu apenas no papel. Mais tarde, quando decidiu excluir a esquerda de seu governo numa tentativa de se aproximar de outras forças políticas, acabou praticamente refém do parlamento, da grande mídia e de grupos poderosos que, por fim, o depuseram.

Este período nos oferece muitas lições. Gostaria de destacar dois pontos: Um governo de mudança não pode estar sujeito apenas ao equilíbrio do poder parlamentar; ele deve

governar com o povo, empoderá-lo e coordenar suas organizações trabalhistas e territoriais; deve fazer do povo o principal protagonista da mudança.

Por outro lado, é cristalino que não se pode ceder um centímetro à extrema direita, pois eles não nos deixarão em paz. Se virem sinais de fraqueza, não nos apoiarão nas negociações; eles nos esmagarão.

O Peru é rico em minerais estratégicos, o que interessa aos Estados Unidos.

É verdade, embora este não seja um tema discutido pela classe política peruana, é evidente que somos um país geopoliticamente estratégico devido à nossa localização e recursos.

E, embora tenhamos tido uma relação histórica com os EUA na área de “esforços antidrogas” (com os quais continuamos sendo o segundo maior produtor de cocaína da região, aliás), a China se tornou nosso principal parceiro comercial, com investimentos em setores estratégicos como mineração, geração e distribuição de energia e infraestrutura como o megaporto de Chancay.

Agora, os EUA estão tentando recuperar terreno com uma política intervencionista descarada. Eles vão “modernizar” a Base Naval de El Callao, nos obrigaram a comprar US\$ 3,5 bilhões em aviões de guerra e nos fizeram assinar um memorando de entendimento para garantir a eles nossos minerais estratégicos.

Portanto, não há dúvida de que, no segundo turno, Trump buscará assegurar um novo vassalo no Peru, como fez com Noboa no Equador e Milei na Argentina.

Assim, uma estratégia mais ativa por parte dos governos progressistas da região é urgentemente necessária para defender nossa soberania, pois não queremos ser colônia de ninguém novamente. Queremos uma América Latina livre e soberana.